



MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2025

A DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM (ÓRGÃO GERENCIADOR), com sede Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 3A - Asa Sul, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.552/0027-96, neste ato representada pela Juíza Federal da Justiça Militar/Diretora do Foro da 11ª CJM, Dra. Flávia Ximenes Aguiar de Sousa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 90006/2025, publicado no PNCP em/...../2025, processo administrativo n.º 000477/25-11.305, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) (FORNECEDOR BENEFICIÁRIO), registrada no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na - CEP:, telefones n.ºs (XX), correio eletrônico:, Dados Bancários:, Agência:, Conta Corrente:, neste ato representada por seu(s) Representante(s) legal(is), portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF no, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei n.º 14.133, de 2021](#), no [Decreto n.º 11.462, de 2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet e decoração, sob regime de empreitada por preço unitário, para atendimento aos eventos protocolares de caráter institucional das Auditorias da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (11ª CJM) (Órgão Gerenciador), da Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica (CCOMGEX) e do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx) (Órgãos Participantes), com fornecimento de mercadorias, infraestrutura e apoio logístico, de acordo com o Termo de Referência n.º 037/2025-DIRF11ªCJM, Anexo I do Edital de Pregão n.º 90006/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)									
GRUPO ÚNICO									
SERVIÇO DE BUFFET	CATSER	Unidade de Medida	QUANTIDADE MÍNIMA POR EVENTO	ÓRGÃO GERENCIADOR QUANTIDADE DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM	ÓRGÃO PARTICIPANTE QUANTIDADE BASE ADMINISTRATIVA DO CCOMGEX	ÓRGÃO PARTICIPANTE QUANTIDADE CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO	QUANTIDADE TOTAL PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM 01 - Coffee Break	3697	Por pessoa	30	350	2000	350	2700	R\$	R\$
ITEM 02 - Coquetel	3697	Por pessoa	30	350	1500	350	2200	R\$	R\$
SERVIÇO DE BUFFET - REFEIÇÃO		Unidade de Medida	QUANTIDADE MÍNIMA POR EVENTO	QUANTIDADE DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM	QUANTIDADE BASE ADMINISTRATIVA DO CCOMGEX	QUANTIDADE CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO	QUANTIDADE TOTAL PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM 03 - Almoço/Jantar	12807	Por pessoa	20	100	180	100	380	R\$	R\$
ITENS DE DECORAÇÃO E DE APOIO: FORNECIMENTO (inclui transporte, montagem e desmontagem)	CATSER	Unidade de Medida		QUANTIDADE DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM	QUANTIDADE BASE ADMINISTRATIVA DO CCOMGEX	QUANTIDADE CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO	QUANTIDADE TOTAL PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITEM 04 - Arranjo pequeno de flores nobres, medindo entre 20 e 30cm de altura	17019	unidade		40	40	40	120	R\$	R\$
ITEM 05 - Arranjo de flores do campo naturais, cores variadas, para centro de mesa.	17019	unidade		10	15	10	35	R\$	R\$
ITEM 06 - Arranjo com flores tropicais e do campo naturais, de cores variadas, com altura de 80cm, para a posição do pé ao púlpito.	17019	unidade		5	15	5	25	R\$	R\$

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O Órgão gerenciador será a **DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM - UASG 060030**.

3.2. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, conforme quantidades estabelecidas na tabela do item 2.1 desta Ata de Registro de Preços:

3.3.1. UASG 160528 - BASE ADMINISTRATIVA DO CCOMGEX - Estrada Parque Contorno, DF 001, KM 005, Setor Habitacional Taquari, Brasília/DF. CEP: 71.559-902 - e-mail: aprovisionamentocomgex@gmail.com.

3.3.2. UASG 160091 - CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO - Avenida Duque de Caxias, S/Nr, Bairro: St. Militar Urbano - Plano Piloto, Brasília/DF. CEP: 70630-100 - e-mail: almox@citeb.mil.br.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, por razões de governança, capacidade administrativa, prioridade de atendimento das demandas do gerenciador e preservação da vantajosidade, nos termos do art. 86 da Lei n.º 14.133/2021 e regulamentação correlata, e ainda, conforme item 3 da Justificativa n.º 4611059, com exceção das Unidades Gestoras da Justiça Militar da União.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, **por meio de termo aditivo**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato, se houver, decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, ficam também renovados os quantitativos registrados para cada item/lote, mantidas as condições da ARP, conforme entendimento consolidado no [Parecer n.º 00453/2024/CGAO/SCGP/CGU/AGU](#) (com Despacho n.º 00514/2024) e no Enunciado n.º 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos, e, ainda, no item 5 da Justificativa n.º 4611059.

5.1.3.1. A renovação de quantitativos na prorrogação não implica cumulação de saldos remanescentes da vigência anterior.

5.1.3.2. O Órgão Gerenciador, até 120 (cento e vinte) dias do término da vigência da Ata, deverá expedir comunicado aos Órgãos Participantes e ao fornecedor beneficiário para que estes manifestem, no prazo de 10 (dez) dias, o seu interesse na prorrogação.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.2.2. **A licitante vencedora deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, os seguintes documentos:**

a) **Certificado de Licenciamento** emitido pelo órgão competente do Distrito Federal, obtido por meio do Sistema de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE), no qual conste, como ramo de atividade, “serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê”;

b) **Certidão de Registro e Regularidade** expedida pelo Conselho Regional de Nutricionistas do Distrito Federal (Conselho Regional de Nutrição da 1ª Região).

5.2.3. O prazo para apresentação do documento pela licitante justifica-se pela necessidade de compatibilizar o trâmite processual com o cronograma institucional, tendo em vista a realização de evento institucional já programado para o mês de dezembro.

5.2.4. A fixação desse prazo visa assegurar tempo hábil para a análise da documentação, formalização contratual e execução do objeto, de modo a evitar atrasos que possam comprometer o atendimento da demanda e o regular desenvolvimento das atividades previstas.

5.3. As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. Após a homologação da licitação, serão registrados, durante a formalização da ata de registro de preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, e se obrigar aos limites dela.

5.5. O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP, por meio da publicação desta Ata de Registro de Preços, conforme subitem 5.1..

5.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

5.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.8. Como o Sistema ComprasGov, na data de publicação do edital, não oferecia ferramenta que permitisse a requisição automática de interesse dos participantes para formalização do cadastro reserva, a seleção do cadastro reserva no presente registro de preços acontecerá apenas se houver o cancelamento desta Ata, seguindo estas etapas:

5.8.1. a Administração, após a formalização do cancelamento desta Ata, cancelará, no Sistema ComprasGov, a homologação e a adjudicação do Pregão Eletrônico n.º 90006/2025;

5.8.2. a Administração publicará, com 3 (três) dias úteis de antecedência, o retorno da sessão do pregão eletrônico, justificando esse ato em razão do cancelamento da Ata de Registro de Preços e a, consequente, necessidade de seleção de licitante remanescente para atuar como cadastro reserva;

5.8.3. a Administração procederá ao retorno de fases no processo licitatório, inabilitando o Fornecedor da Ata cancelada;

5.8.4. a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar interesse em celebrar a ata de registro de preços nas condições propostas pelo Fornecedor da Ata cancelada;

5.8.5. na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a celebração nos termos do item anterior, a Administração, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.8.5.1. recomençar a convocação para negociação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do Fornecedor da Ata cancelada;

5.8.5.2. aceitar as condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.8.6. sendo bem sucedida a negociação com um dos licitantes remanescentes, a sessão eletrônica seguirá o rito de habilitação, de recurso, de adjudicação e de homologação do edital, com posterior, se for o caso, formalização de nova ata de registro de preços.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Reajuste em Sentido Estrito

6.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

6.2.1. A data do orçamento estimado é 08/10/2025.

6.2.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do fornecedor beneficiário, os preços iniciais da Ata de Registro de Preços serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Órgão gerenciador, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

6.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.2.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.2.5. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, observadas as normas aplicáveis.

6.2.5.1 Os efeitos financeiros do reajuste da Ata terão início a partir da data de publicação da apostila no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo as contratações realizadas após essa data refletir os novos valores reajustados.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, com posterior convocação do cadastro reserva, conforme subitem 5.8 desta Ata;

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora adotará as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador providenciará a convocação do cadastro reserva, conforme subitem 5.8. desta Ata;

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora adotará as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do [Decreto n.º 11.462, de 2023](#).

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Administração encaminhará e-mail com o link do contrato a ser assinado, o que deverá ocorrer no prazo máximo de três dias úteis, prorrogáveis por mais três a pedido do Fornecedor, devidamente justificado, e autorizado pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.1.1. No caso da contratação ocorrer por meio da emissão de Nota de Empenho, a Administração encaminhará a Nota de Empenho, por meio de Intimação Eletrônica, devendo o Fornecedor confirmar o seu recebimento, no prazo máximo de três dias úteis, prorrogáveis por mais três a pedido do Fornecedor, devidamente justificado, e autorizado pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.1.2. Caso seja necessário alterar o Representante Legal, em relação ao indicado à época da formalização da Ata de Registro de Preços, o Fornecedor, no prazo do subitem 9.1., deverá providenciar essa modificação, seguindo as diretrizes editalícias sobre a celebração da Ata de Registro de Preços.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do Fornecedor Beneficiário será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não confirmar o recebimento da nota de empenho, ou não assinar contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do [Decreto n.º 11.462, de 2023](#); ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por Termo de Cancelamento do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.2.1. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações serão enviadas, mediante Intimação Eletrônica, regulamentada pelo [Ato Normativo STM n.º 430, de 2020](#).

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do Fornecedor Beneficiário, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá providenciar a convocação do cadastro reserva, conforme subitem 5.8. desta Ata.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do [Decreto n.º 11.462, de 2023](#).

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos licitantes remanescentes que, aceitando atuar como cadastro reserva, nos termos do subitem 5.8. desta Ata, não honrarem o compromisso assumido, injustificadamente.

11.2. É da competência do Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (art. 7º, inc. XIV, do [Decreto n.º 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do [Decreto n.º 11.462, de 2023](#)).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital do Pregão Eletrônico.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.2.1. A aferição da vantagem econômica deverá observar o disposto no Ato Normativo PRSTM n.º 704, de 2024 (3564814).

13.2.2. A pesquisa de mercado realizada, para aferição da vantagem econômica, possui validade de 90 (noventa) dias, a contar da sua assinatura pela unidade competente. Dentro do prazo de validade, a contratação do mesmo item poderá ser realizada sem a necessidade de nova pesquisa de preços, salvo decisão do(a) gestor(a) da ata de registro de preços de que nova aferição de vantagem econômica precisa ser realizada, em razão da realidade de mercado do objeto.

13.3. Caso tenha sido prevista na licitação a cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá prioridade na aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, conforme art. 8º, § 4º, do [Decreto n.º 8.538, de 2015](#).

FLÁVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA
Juíza Federal da Justiça Militar / Diretora do Foro da 11ª CJM
Ordenadora de Despesas

REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

TESTEMUNHAS:

1-
2-



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MENDES DE MELO, COORDENADOR ADMINISTRATIVO**, em 07/11/2025, às 17:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO ALENCAR PAIM, JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA JUSTIÇA MILITAR**, em 27/01/2026, às 18:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4610195** e o código CRC **A13DC271**.